



Curitiba, 31 de outubro de 2019.

**A ITAIPU BINACIONAL**

**A/C: COMISSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 1687-19  
– SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA**

**Sr(a). Pregoeiro(a):**

**REF.: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL (CBC)**

**VEPER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA**,  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.848.003/0001-42, com sede na Rua Omílio Monteiro Soares, 2.677, Fanny, CEP: 81.030-001, Curitiba/PR por meio de seu representante que a esta subscreve, vem perante a Egrégia Comissão de Licitação, com fulcro no **item 2.23** do Edital

**IMPUGNAR O EDITAL/CADERNO DE BASES E  
CONDIÇÕES (CBC)**

pelas razões de fato e de direito que seguem:

**I – FALTA DE PREVISÃO NO EDITAL ACERCA  
DE MAIOR RIGOR ACERCA DA  
HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA  
DAS EMPRESAS LICITANTES**

Conforme é de conhecimento da **ITAIPU** a ora **Impugnante** é a atual prestadora dos serviços objeto de licitação e não foi a vencedora do certame anterior (**Pregão Presencial Nacional – NF 1688-14**), assumindo o contrato em razão das dificuldades financeiras apresentadas pela empresa vencedora do certame.

O próprio Edital é prova da complexidade dos serviços a serem prestados, com grande quantidade de efetivo e quantitativo de equipamentos a serem fornecidos (veículos, armas, coletes balísticos, computadores, etc.).

De modo que a empresa **VEPER** viu com preocupação o abrandamento das regras editalícia em relação à comprovação da capacidade econômica e financeira das licitantes. De acordo com a **letra “d” do item 1.4.2 do Edital**, basta a comprovação da empresa possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a **R\$ 1.290.000,00 (um milhão e duzentos e noventa mil reais)** para ser considerada habilitada!

Todavia, é de fundamental importância destacar que os valores constantes no orçamento estimativo apresentado pela Itaipu encontra-se defasado e não condiz com a atual realidade, de modo que o referido valor não pode servir como base, ainda mais levando em consideração que o valor anual estimado do contrato é de R\$ 12.900.000,00.

A título exemplificativo, cita-se o valor orçado para pagamento de combustível do veículo de rendição, o qual foi considerado como sendo de R\$ 1.800,00, tratando-se do mesmo valor da licitação de 2014, o que não pode ser admitido, posto que o somatório destes valores irá influenciar diretamente nas empresas que participarão do processo licitatório, pois o valor do patrimônio líquido deve ater-se aos R\$ 1.290.000,00 previstos em Edital, o qual encontra-se defasado.

Em relação ao tema, vejamos o disposto no **item 2.2 do Edital anterior (Pregão Presencial Nacional – NF 1688-14 – Anexo I - Habilitação)**:

## **2.2 Habilitação Econômico-Financeira**

b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data estabelecida para a entrega da documentação para a habilitação por, por distribuidores estaduais da comarca da sede da pessoa jurídica, ou quando se tratar de sociedade simples, certidão negativa de ações cíveis sobre dissolução e/ou liquidação.

c) Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

2.2.1 Para a habilitação econômico-financeira, além da verificação da conformidade dos documentos apresentados nas alíneas “a” e “b”, proceder-se-á com:

2.2.2.1 A comprovação da existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais). A comprovação dar-se-á por meio da avaliação do Balanço Patrimonial apresentado.

2.2.2.2 A aferição dos seguintes indicadores contábeis, sendo que a pontuação mínima exigida para a habilitação é igual a 2 (dois) pontos, resultante do somatório de pontos da equação da alínea “a” dos incisos I, II, III e IV seguintes:

I - Liquidez Corrente obtida por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{AC}{PC}$$



III - Endividamento do Patrimônio Líquido obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{ET}{PL}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 3 (três), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = -4X + 7$$

b) se o numerador for igual a 0 (zero) e o denominador for positivo, a pontuação atribuída será igual a 3 (três);

c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

IV - Auto-Financiamento do Ativo Permanente obtido por meio da seguinte fórmula:

$$X = \frac{PL}{AP}$$

a) para este indicador a pontuação máxima atribuída é de 2 (dois), calculada por meio da seguinte equação:

$$Y = 4X - 2$$

b) se o numerador for positivo e o denominador for igual a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 2 (dois);

c) se o indicador "Y" resultar negativo, a pontuação atribuída será igual a 0 (zero);

d) se o numerador e o denominador forem iguais a 0 (zero), a pontuação atribuída será igual a 0 (zero).

2.2.2.2.2 A nomenclatura das fórmulas e equações anteriormente citadas é a seguinte:

AC	=	Ativo Circulante
PC	=	Passivo Circulante
RLP	=	Realizável a Longo Prazo
ELP	=	Exigível a Longo Prazo
ET	=	Exigível Total
PL	=	Patrimônio Líquido
AP	=	Ativo Permanente
X	=	Indicador Encontrado
Y	=	Pontuação

Denota-se que se mesmo com todas as exigências do Edital anterior, sobretudo em relação à análise dos índices de liquidez corrente, liquidez geral, endividamento do patrimônio líquido e auto-financiamento do ativo permanente, a empresa que sagrou-se vencedora do certame não conseguiu honrar o contrato.



Vale dizer que a **ITAIPU** com o abrandamento das regras de habilitação no Edital ora impugnado pode ser novamente prejudicada, admitindo como “habilitada” empresa que não terá a capacidade econômica e financeira de levar o contrato ao seu termo, vindo tão somente a prejudicar as empresas sérias, como a ora **Impugnante**, fato que trará grande prejuízos irreparáveis à Itaipu.

De modo que, *a priori* o que parece ser uma ampliação da competição, se transforma em um sério problema e empecilho para o posterior fiel cumprimento das obrigações assumidas, **em prejuízo do Erário Público e das demais licitantes de boa fé e realmente idôneas econômica e financeiramente.**

Vale dizer que o valor mensal do presente contrato será muito próximo o valor do patrimônio líquido exigido na presente licitação. Assim, em havendo o atraso de qualquer fatura por razões que fujam do controle da Itaipu ou mesmo quaisquer questões emergenciais, restará claro que a Contratada não terá como arcar com os salários e benefícios dos colaboradores em questão.

A título exemplificativo, cita-se que caso a empresa Contratada deixe de apresentar quaisquer dos documentos exigidos em contrato para fins de faturamento, fará com que a Itaipu não realize o pagamento do faturamento mensal dos serviços, o que também fará com que a empresa Contratada não tenha liquidez imediata para arcar com os custos do contrato em questão.

Ainda, vale dizer que o patrimônio líquido de uma empresa não quer dizer que a mesma tenha valor correspondente em espécie, mas pode ser integralizado em imóveis, veículos e/ou outros patrimônios.

Ainda, uma simples incorporação de qualquer patrimônio no seu imobilizado, fará com que a empresa não tenha liquidez imediata para arcar com os custos do contrato, principalmente se levarmos em consideração as diversas peculiaridades dos serviços licitados.

Vale dizer que tão somente especificar o valor do patrimônio líquido não é o suficiente para demonstrar que a licitante terá condições de executar o contrato conforme acima demonstrado, pois tais valores podem não estar disponíveis em espécie. Nesse sentido, colaciona-se o entendimento do Ilustre Doutrinador, Dr. Marçal Justem Filho, em sua obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª Edição. Vejamos:

**6.6) A seriedade do capital social ou patrimônio líquido**

Nos casos em que houver exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimos, será imperioso que o requisito seja atendido de modo adequado pelo licitante. Pode-se aludir a uma exigência de seriedade do capital social ou do patrimônio líquido. Isso significa que não preencherá os requisitos do edital o licitante que tiver praticado alguma manobra ou providência que acarretem a ausência de disponibilidade dos valores econômicos pertinentes.

Assim, suponha-se que uma empresa, depois de integralizado o seu capital social, promova um mútuo em favor dos sócios no montante integral de seus recursos. Nesse caso, a entidade é titular do capital social apenas no papel, eis que não efetivamente não dispõe dos valores correspondentes em sua titularidade. O mesmo entendimento pode ser adotado relativamente à hipótese de mera subscrição do capital social, com previsão de sua integralização para um momento futuro distante e, muitas vezes, incerto.<sup>420</sup>

**HÁ DE SE RESSALTAR QUE SÓ O VALOR DO INVESTIMENTO INICIAL DO CONTRATO PARA SUPRIR GASTOS COM VEÍCULOS, UNIFORME, RÁDIOS, EQUIPAMENTOS E VÁRIAS OUTRAS QUESTÕES EM RELAÇÃO AOS MAIS DE 160 (CENTO E SESENTA) COLABORADORES, JÁ SUPERA E MUITO O VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXIGIDO NA LICITAÇÃO, O QUE NÃO PODE SER ADMITIDO NO PRESENTE EDITAL.**

De modo que, **forçosa a impugnação do Edital**, em relação à falta de maior rigor para fins de qualificação da habilitação econômica e financeira das licitantes, limitada tão somente à insuficiente exigência prevista na **letra “d” do item 1.4.2, requerendo-se seja adotada pela Comissão de Licitação a redação integral do item 2.2 do Anexo I do (Pregão Presencial Nacional – NF 1688-14 (redação supra transcrita), sendo alterada tão somente a exigência de patrimônio líquido mínimo de R\$ 1.290.000,00 (um milhão e duzentos e noventa mil reais), conforme previsto no presente Edital.**

Por fim, há de se ressaltar que a Itaipu se trata de empresa Binacional, de modo que a segurança patrimonial não pode ser executada por empresas aventureiras que não tenham condições técnicas e financeiras de executar os serviços em questão.

**PELO ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO QUANTO AO TEMA!**

**II – FALTA DE PREVISÃO NO EDITAL ACERCA DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

Os serviços de vigilância a serem prestados em Foz do Iguaçu, Santa Helena e Guaíra, ora licitados por meio do Edital **PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 1687-19** são complexos bem como envolvem inclusive questões ambientais.

De modo que entende a ora **Impugnante ser prudente e necessária** a prévia realização pelas empresas interessadas em participar do certame de





**VISITA TÉCNICA**, nos moldes da que era prevista no **Edital anterior (Pregão Presencial Nacional – NF 1688-14)**, sob pena de vícios irreparáveis na precificação dos custos:



Caderno de Bases e Condições

**PREGÃO PRESENCIAL NACIONAL - NF 1688-14**

Serviços de vigilância armada e segurança ostensiva nas dependências e áreas da ITAIPU, localizadas em Foz do Iguaçu, Santa Helena e Guaíra-PR

**Calendário de Eventos**

EVENTO	ENDEREÇO	PRAZO
1. Agendar visita técnica	ITAIPU Superintendência de Segurança Empresarial -SEAD Foz do Iguaçu - PR Telefone: (45) 3520-6686 E-mail: <a href="mailto:welton@itaipu.gov.br">welton@itaipu.gov.br</a> Ref.: PREGÃO PRESENCIAL NACIONAL NF 1688-14	A partir de 6/10/14, de segunda à sexta-feira, no horário das 8h às 11h30 e das 14h às 17h.

Vale dizer que na licitação anterior, a Veper constatou em visita técnica várias questões que não estavam previstas em Edital e que são de fundamental importância para fins de precificação e atender com qualidade os serviços executados.

Com o intuito de fundamentar o presente tópico, é de fundamental importância destacar o disposto no item 2 do Anexo I, especificações técnicas:

*Devido ao fluxo de pessoas de ambos os gêneros nas diversas áreas de abrangência da ação dos vigilantes **há necessidade da alocação de vigilantes de ambos os gêneros em alguns locais**. Dessa forma, para determinados postos, a distribuição de vigilantes, de acordo com o gênero, deverá obedecer ao descrito nas Especificações Técnicas. Quando não houver especificação do gênero do vigilante, poderão ser empregados vigilantes de ambos os gêneros.*

Conforme disposto no item acima colacionado, há necessidade de se verificar o perfil dos colaboradores que serão alocados em cada posto de serviço em conformidade com as especificações técnicas em conjunto com a realidade dos serviços executados, **o que somente pode ser constatado mediante realização de visita técnica, que encontra-se apenas como ponto facultativo, o que não pode ser admitido.**

Ainda sobre o perfil dos colaboradores, diante da complexidade dos serviços, a contratação dos colaboradores deve atender o perfil de cada posto de serviço para que não haja rotatividade e que os serviços sejam prestados com má qualidade.



Vale dizer que há posto em que os vigilantes tem de saber as formas corretas para abordagem de pescadores, como agir em ocasiões de focos de incêndio nas matas fechadas, entre várias outras situações corriqueiras ao dia a dia dos serviços executados. A título exemplificativo, citam-se os cuidados com a fauna e flora local, além da circulação de animais silvestre, inclusive em extinção, bem como cuidados com danos ao meio ambiente.

Além disso, há de se destacar que houve recente alteração da logística para abastamento dos veículos necessários à execução dos serviços, o que fará com que os licitantes apresentem valores não condizentes com a atual realidade, sendo de fundamental importância que seja realizada a visita técnica.

**Todas essas questões são de fundamental importância para execução dos serviços.** A título exemplificativo, citam-se as possíveis ocorrências de incêndio nas matas fechadas que ficam embaixo das torres de transmissão, que se não devidamente verificadas/controladas pelos vigilantes que realizam as rondas operacionais nos postos em questão, além de que vários locais possivelmente ficarão sem energia elétrica, a Itaipu **terá inúmeros transtornos e prejuízos financeiros e morais à Itaipu, inclusive perante a mídia, o que evidentemente não se almeja.**

Além disso, é de fundamental importância destacar que nas especificações técnicas não constam inúmeras observações que são de fundamental importância para fins de precificação.

A título exemplificativo, citam-se as manutenções corriqueiras dos veículos, que se tratam custos elevados ocasionados em razão das condições das estradas que fazem com que a manutenção dos veículos sejam elevadas, o que também pode ser constatado somente após a realização de visita técnica.

Salienta-se que em várias oportunidades, apenas 01 (um) veículo de backup não é suficiente para suprir as demandas, mesmo realizando as manutenções preventivas diretamente nas concessionárias. Destaca-se que cada camionete custa em torno de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que se trata de custo elevado para fins de precificação. Ressalta-se que mesmo adquirindo veículos novos e com manutenção na concessionária, ainda assim temos problemas.

Frisa-se que a Itaipu não pode aceitar propostas que não levem em consideração os fatos até aqui apresentados - que não são os únicos pois existem diversas outras peculiaridades que devem ser consideradas – pois corre o risco de contratar empresa que não executará os serviços contratados, ocorrendo o que já aconteceu na licitação anterior em que a empresa vencedora não conseguiu arcar financeiramente com o contrato, o que evidentemente causou inúmeros transtornos e prejuízos à Itaipu.



A não observância da visita técnica no presente caso, trará ofensa ao princípio da competitividade disposto na lei máxima de licitações, pois o desconhecimento dessas informações fará com que tais empresas apresentem valores ínfimos para execução dos serviços, o que não se vislumbra no caso em apreço, posto que as empresas devem competir no processo licitatório em condições de igualdade, obtendo pleno conhecimento de suas responsabilidades.

Outrossim, vale dizer que a visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais.

Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto. Assim, diante da complexidade dos serviços que serão executados, faz-se necessária a realização de visita técnica na presente licitação.

De modo que, **forçosa a impugnação do Edital**, em relação à falta de previsão de realização de **VISITA TÉCNICA** como documento necessário para fins de habilitação das empresas no certame.

### **PELO ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO QUANTO AO TEMA!**

### **III – DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELA PROPONENTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR**

Assim consta do Edital (CBC):

2.18.11 **Imediatamente após o término da etapa de lances**, a proponente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para [comprasfoz@itaipu.gov.br](mailto:comprasfoz@itaipu.gov.br), a sua proposta comercial conforme modelo constante do Anexo III deste CBC, com o valor readequado e conformidade com o lance vencedor.

Conforme disposto no item acima colacionado do Edital, a empresa arrematante na presente licitação deverá **TÃO SOMENTE** apresentar sua planilha readequada nos moldes do Anexo III, que se trata da planilha final dos valores dos postos.





Todavia, a ora **Impugnante** entende que a proponente que se classificar em primeiro lugar deve, **OBRIGATORIAMENTE**, apresentar para a Comissão de Licitação **não somente o Anexo III do CBC** conforme previsto no **item 2.18.11**, onde consta tão somente **o valor global da proposta**, mas também todas as planilhas que compõem o **Anexo A (PLANILHAS DE PREÇOS, CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS)**, de modo que as demais licitantes acaso queiram oferecer recurso tenham os subsídios necessários para tanto, sobretudo em relação à eventual não cotação e/ou cotação equivocada de todos os custos necessários na forma prevista na **letra “e” do item 2.15.2 do Edital**.

Há de se destacar que **não há qualquer previsão no edital que exija a juntada da planilha de custos e formação de preço dos postos**, o que justifica a presente impugnação, **na medida em que tal documento é de fundamental importância para análise e verificação dos preços propostos pelas concorrentes, principalmente para fins de análise da exequibilidade da proposta apresentada**.

Salienta-se que a proposta comercial das licitantes deve atender a todos os requisitos constantes no modelo do Anexo III, que se trata da planilha de preços, a qual contém tão somente o valor final de cada posto, **não sendo possível verificar se todos os custos para execução dos serviços encontram-se realmente previstos**, conforme disposto no item 2.15 do Edital, **o que é extremamente prejudicial à Itaipu e às próprias concorrentes**.

É importante destacar que a planilha de custos e formação de preço dos postos serve como base para a planilha de preços final, sendo essencial que a Itaipu exija tais planilhas das licitantes com o intuito de verificar se todos os custos e demais insumos exigidos em edital realmente foram observados, **pois sua inobservância acarreta na inabilitação do certame**.

Vejamos o que constou no item 2.15 do Edital a respeito do tema:

#### **2.15 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

##### **2.15.1 A proposta comercial deverá estar de acordo com os seguintes requisitos:**

- a) expressa em planilha, de acordo com o modelo do Anexo III;**
- b) cotação de preço unitário e total de cada item, em Real (R\$) e com duas casas decimais após a vírgula;**
- c) todos os itens deverão ser cotados, sob pena de desclassificação da proposta.**

##### **2.15.2 Os preços deverão ser cotados, considerando-se:**

- a) as exigências das Especificações Técnicas, Anexo I;**
- b) o Orçamento Estimado, Anexo II;**

- c) as condições e a forma de pagamento, o local e os prazos para a execução do objeto desta licitação, conforme definido na Minuta de Contrato, Anexo IV deste CBC;*
- d) a isenção tributária referida em 2.4 deste CBC, bem como a incidência do ISSQN nos termos do Código Tributário do Município de Foz do Iguaçu (Lei Complementar 082/2003);*
- e) todos os custos, de qualquer natureza, incorríveis para a execução do contrato.**

Assim, com base no item 2.15 do Edital acima colacionado, fica evidente que somente é possível verificar se todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços licitados realmente foram observados pelas licitantes, mediante apresentação das planilhas de custos e formação de preços, **QUE SEQUER É EXIGIDA SUA APRESENTAÇÃO APÓS ANÁLISE DO EDITAL.**

De modo que, pelo acolhimento da presente Impugnação para que seja previsto no Edital a necessidade de apresentação de todas as planilhas que compõe o **Anexo A**, devidamente readequadas ao valor da proposta final.

#### **PELO ACOLHIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO QUANTO AO TEMA!**

#### **IV – FALTA DE PRAZO HÁBIL PARA MANIFESTAÇÃO DAS LICITANTES**

Vejamos alguns itens do Edital:

2.18.11 **Imediatamente após o término da etapa de lances**, a proponente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para [comprasfz@itaipu.gov.br](mailto:comprasfz@itaipu.gov.br), a sua proposta comercial conforme modelo constante do Anexo III deste CBC, com o valor readequado e conformidade com o lance vencedor.

2.19.2 **Imediatamente após a manifestação do pregoeiro sobre a aceitabilidade da proposta**, a proponente deverá enviar a documentação relacionada em 1.4.2 deste CBC por meio de opção disponível no Portal de Compras Eletrônicas da ITAIPU, ou para o correio eletrônico [comprasfz@itaipu.gov.br](mailto:comprasfz@itaipu.gov.br).

2.24.2 **A intenção de recorrer deverá ser manifestada em campo próprio no sistema, no tempo de até 30 (trinta) minutos** após o ato de declaração da vencedora, com registro da síntese das razões de recurso, devendo a recorrente apresentar as razões de recurso, por



*escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis e no endereço indicado em 2.20.1.*

2.24.2.1 **A proponente que tiver a proposta desclassificada** antes do início da fase de disputa poderá manifestar, desde que motivadamente, a sua intenção de interpor recurso no mesmo tempo previsto em 2.24.2.

Em relação aos prazos contidos no Edital e citados acima de forma meramente exemplificativa (rol não taxativo) entende a ora **Impugnante** que os mesmos são exíguos e devem ser revistos, já que não são aptos a oportunizar às licitantes o pleno exercício à ampla defesa e contraditório (**art. 5º, inciso LV da CF/88**), bem como podem levar ao cometimento de erros bem como à falta de cumprimento não intencional advindos de erros de conexão com a internet, falta de amplo acesso aos documentos necessários e em tempo hábil para fins de uma boa elaboração das razões para a interposição de recurso, etc.

Destaca-se que até como consequência lógica da **Impugnação** realizada no **item III supra** é necessária a dilação dos prazos, tanto para a apresentação da proposta vencedora readequada devidamente acompanhada do **Anexo III** e do **Anexo A**, para análise dos concorrentes e da comissão de licitação, bem como do prazo para que as demais licitantes tenham acesso a esses documentos e possam assim manifestar a sua intenção de recorrer ou não contra a proposta classificada em primeiro lugar.

De modo que, pelo acolhimento da presente impugnação em relação ao tema, com a revisão dos prazos concedidos em Edital, para que de fato possa ser exercido o direito à ampla defesa e contraditório previsto no **art. 5º, inciso LV da CF/88** e assim bens praticados os atos do processo pelas licitantes em tempo hábil.

#### **V – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE IMPEÇA A REALIZAÇÃO DE DOBRAS (HORAS EXTRAS)**

Vejamos o que consta no item XL da cláusula sétima da minuta contratual apresentada pela Itaipu a respeito do tema.

*CLÁUSULA 7ª A CONTRATADA cumprirá integralmente as obrigações e condições estabelecidas neste CONTRATO e nos seus anexos, obrigando-se ainda a:*

**XL - para os empregados alocados ao Contrato que prestam serviços em jornada de trabalho 12x36, o período de descanso de 36 (trinta e seis) horas deverá ser respeitado entre uma escala e outra;**



Conforme disposto no item acima colacionado, consta a previsão de que **NÃO** poderá haver a realização de labor nos dias de folga para as escalas 12x36. Todavia, é de fundamental importância destacar que não há qualquer previsão legal que impeça o colaborador de trabalhar nos dias de folga, muito pelo contrário, a lei permite a realização de horas extras, **desde que eventuais**, as quais são solicitadas pelos próprios colaboradores com o intuito de obter um aumento salarial, sendo exatamente esse o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná), que criou a seguinte tese jurídica prevalecente.

*"TESE JURÍDICA PREVALECENTE Nº 6, DO TRT DA 9ª REGIÃO- REGIME 12X36. ELASTECIMENTO HABITUAL DA JORNADA. NULIDADE MATERIAL RECONHECIDA. O regime 12 x 36 é um acordo de compensação, inconciliável com regime de prorrogação. A existência de trabalho em horas destinadas ao descanso descaracteriza o regime compensatório e afasta a aplicação do item IV, da Súmula 85 do TST, sendo devidas como extraordinárias todas as horas que excederem o limite constitucionalmente estabelecido (8ª diária e 44ª semanal) acrescidas do respectivo adicional".*

Dessa forma, fica claro que somente horas extras habituais podem trazer passivos trabalhistas. Ou seja, há previsão de que é possível sim realizar horas extras. A própria CCT da Categoria também é clara quanto a possibilidade de realizar horas extras ante a particularidade dos serviços executados pelos vigilantes. Vejamos:

*CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA VIII – a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de compensação de horas estabelecido no presente instrumento;*

De modo que, pelo acolhimento da presente impugnação em relação ao tema, para que seja observada possibilidade de realização de horas extras diante da peculiaridade dos serviços executados.

## **VI – CONCESSÃO DE AVISO PRÉVIO PARA ENCERRAMENTO DE POSTO DE SERVIÇO**

Conforme disposto em edital, há previsão de que para rescisão contratual faz-se necessário o cumprimento do aviso prévio de 30 (trinta) dias. Vejamos:

*CLÁUSULA 42 O presente CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito pela ITAIPU mediante simples aviso com antecedência*



*de 30 (trinta) dias corridos, e ainda nas hipóteses em que a CONTRATADA:*

Uma vez em que não há previsão no edital de prazo específico para encerramento de posto de serviço, observadas as supressões contratuais em até 25% (vinte e cinco por cento), a Impugnante realizou o seguinte questionamento.

**PERGUNTA 6**

*“Conforme disposto na resposta à pergunta 73, questiona-se qual o prazo de aviso prévio as licitantes devem considerar para fins de encerramento de determinado posto de serviço, 30 ou 60 dias?”*

Agora, vejamos a resposta obtida com tal questionamento.

**RESPOSTA**

*O Capítulo III, Cláusula 3ª prevê que toda alteração contratual deverá ser realizada mediante aditamento e, por sua vez, a Cláusula 4ª determina que a CONTRATADA obriga-se a executar os acréscimos ou "supressões" até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do CONTRATO. Neste sentido, não há prazo de aviso prévio estabelecido para o encerramento de "determinado Posto de Serviço", dentro dos limites estipulados em CONTRATO.*

Dessa forma, uma vez em que não há no edital um prazo de aviso prévio para encerramento de postos de serviço, resta devidamente impugnado o presente Edital para que seja observado o mesmo prazo de 30 (trinta) dias previsto na cláusula de número 42 da minuta contratual, o que se faz necessário diante do exposto na lei 12.506/2011, abaixo colacionado:

*Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.*

**PELO ACOLHIMENTO DA PRESENTE  
IMPUGNAÇÃO QUANTO AO TEMA!**

**VII – DA NECESSIDADE DO POSTO DE  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO**





Conforme disposto na resposta ao questionamento de número 7 do aditamento 06, consta a previsão de que o posto de supervisor administrativo foi excluído. Vejamos:

**PERGUNTA 7**

*“Conforme disposto nas respostas aos esclarecimentos apresentadas pela Itaipu, constatamos que houve a exclusão do posto 42 (supervisor administrativo). Todavia, diante das diversas atribuições deste posto que são de fundamental importância para o bom andamento dos serviços como um todo, questionamos se tais serviços serão realizados por outra pessoa ou se devem ser simplesmente excluídos?”*

**RESPOSTA**

*Com a exclusão do Posto "Supervisor Administrativo", algumas atribuições do referido posto foram excluídas, enquanto outras foram incluídas nas atribuições do Posto Diretor de Rede (PDR).*

Com todo respeito às argumentações da Itaipu, estas restam devidamente impugnadas com base nas seguintes argumentações. **Há de se destacar que o posto de diretor de rede (PDR) trata-se de um posto de serviço de VIGILÂNCIA 24 horas, que executa os serviços de segurança do posto em questão, controlando os materiais que são armazenados em seu interior. OUTROSSIM, VALE DIZER QUE O POSTO PDR É O POSTO FOCAL/REFERÊNCIA PARA OS DEMAIS VIGILANTES EM CAMPO NO QUESITO SEGURANÇA.**

**Já com relação ao posto de supervisor administrativo, este não tem o condão de executar serviços de segurança em si,** mas sim de rotinas administrativas que são essenciais à execução dos serviços, pois é este posto quem realiza todo o controle de faltas, atestados médicos, afastamentos, exames periódicos, materiais de almoxarifado, escalonamento de escalas e trocas, férias, carteirinhas dos vigilantes entre várias outras funções.

Além disso, ainda realiza o recebimento e entrega de uniformes, controla a planilha de ocorrências de todos os postos, além de várias outras planilhas solicitadas pela Contratante, tratando-se de um cargo fundamental à execução dos serviços diante da sua complexidade.

Ainda, conforme disposto na letra “F” do posto PDR, este deve manter o protocolo de toda documentação recebida e emitida referente ao contrato em questão. Todavia, vale dizer que todo e qualquer protocolo deve ser realizado no centro executivo, que fica a cerca de 05 km de distância do posto PDR, de modo que pergunta-se: **Quando o vigilante do posto PDR tenha que sair do local para realizar os protocolos, referido posto ficará descoberto sem a presença de nenhum vigilante? Acredita-se que não!**



Com base em todo o exposto, fica evidente que a figura do supervisor administrativo é de fundamental importância para execução dos serviços, **NA MEDIDA EM QUE O POSTO PDR É COMPOSTO POR VIGIAANTES QUE EXECUTAM ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA**, devendo necessariamente estar em estado de atenção a todo momento, de modo que repassar atividades administrativas resta devidamente impugnada, pois quando o vigilante estiver realizando tais atividades, fará com que a segurança do posto PDR seja drasticamente reduzida, o que evidentemente não se almeja.

Dessa forma, resta devidamente impugnada a exclusão do posto de supervisão administrativa para que esta retorne ao escopo contratual diante da complexidade dos serviços realizados, bem como pelo quesito segurança do posto PDR que será alterado para pior.

**PELO ACOLHIMENTO DA PRESENTE  
IMPUGNAÇÃO QUANTO AO TEMA!**

#### **VIII – CONCLUSÃO - REQUERIMENTO**

Diante do acima exposto, requer-se o acolhimento da presente **Impugnação** em relação aos pontos ora abordados, sendo adiada a **DATA DE INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO, PREVISTA PARA OCORRER NO DIA 06/11/2019 – 9H**, diante da necessidade imperiosa de alteração dos termos do Edital em relação aos temas abordados e da necessidade de sua ampla e tempestiva divulgação.

**Pelo acolhimento das impugnações ao Edital, por ser medida coerente e de DIREITO.**

GRUPO VEPEER®  
Gilciloni Amorim  
Diretor Geral

---

VEPER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA  
GILCILONI AMORIM